

Brasília, 16 de junho de 2026

Seleção

Sumário

Jota Info

Segunda-feira, 15 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

LPI aos 30 anos: hora de avaliar conquistas e discutir futuro da inovação no Brasil 3

O Tempo Online

Segunda-feira, 15 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Coffee++ vence no Tribunal de Justiça de Minas Gera contra Nestlé 5

G1 - Globo

Segunda-feira, 15 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Nova taxaço proposta pelos EUA pode impactar um terço das exportações brasilei... 6

O Globo Online

Terça-feira, 16 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Concessão tardia de patentes transfere a quem inova todo o   nus da demora do Est... 8

LPI aos 30 anos: hora de avaliar conquistas e discutir futuro da inovação no Brasil



Sistema precisa evoluir de forma equilibrada, acompanhando transformações sem comprometer a segurança jurídica

A Lei da **Propriedade Industrial** (Lei 9.279/1996) completa 30 anos em 2026 como um dos marcos mais importantes da modernização econômica brasileira. Ao longo dessas três décadas, contribuiu para consolidar um ambiente mais seguro para investimentos, inovação e transferência de tecnologia, aproximando o Brasil das melhores práticas internacionais de proteção à **propriedade industrial**. A data convida não apenas à celebração, mas também à reflexão sobre os avanços alcançados e os aperfeiçoamentos necessários para enfrentar os desafios de uma economia cada vez mais baseada no conhecimento.

É nesse contexto que o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) promovem, ao longo de 2026, um amplo diálogo com a sociedade sobre a experiência acumulada com a LPI e sobre possíveis aperfeiçoamentos em seus dispositivos. A iniciativa representa uma oportunidade importante para que empresas, universidades, pesquisadores, operadores do direito e demais interessados contribuam para a reflexão sobre os próximos capítulos da **propriedade industrial** no Brasil.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

A **propriedade intelectual** - que reúne os direitos de **propriedade industrial** e os direitos autorais e conexos - protege os bens intangíveis resultantes da criatividade humana. Quando a LPI foi aprovada, o Brasil e o mundo atravessavam profundas transformações econômicas. O país buscava ampliar sua inserção internacional, atrair investimentos e participar de cadeias produtivas cada vez mais integradas.

Nesse cenário, a nova legislação estabeleceu regras mais modernas para patentes, marcas, desenhos industriais e indicações geográficas, criando condições mais favoráveis para a inovação e para a competitividade das empresas brasileiras.

A LPI tornou-se um dos pilares do atual ecossistema nacional de inovação. Ao conferir maior previsibilidade e segurança jurídica, estimulou investimentos em pesquisa e desenvolvimento, licenciamento de ativos intangíveis, cooperação tecnológica e internacionalização de empresas. Sua importância ultrapassou o campo econômico e alcançou também o ambiente institucional e jurídico.

A legislação impulsionou a criação dos primeiros juízos especializados na matéria e contribuiu para o desenvolvimento de uma jurisprudência cada vez mais consistente. Decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e das varas especializadas ajudaram a consolidar entendimentos relevantes para a proteção da **propriedade intelectual**, fortalecendo a confiança dos agentes econômicos no sistema brasileiro.

Coube ao **INPI**, como órgão responsável pela execução das normas de **propriedade industrial**, adaptar suas práticas ao novo marco legal. Ao longo dos anos, o Instituto ampliou sua atuação em áreas como patentes, marcas e indicações geográficas, digitalizou seus processos, eliminou o uso de papel, aperfeiçoou seus sistemas de busca e exame e fortaleceu sua cooperação internacional. Ainda assim, a busca por modernização continua e convive com desafios estruturais que exigem atenção contínua.

O balanço desses 30 anos é amplamente positivo, mas o contexto tecnológico atual impõe novas

questões. A LPI foi concebida antes da economia digital, das plataformas globais e da inteligência artificial. Hoje, temas como biotecnologia, ativos digitais, algoritmos e sistemas autônomos desafiam conceitos jurídicos tradicionais e demandam constante atualização regulatória.

O próprio **INPI** já se posicionou no sentido de que invenções geradas autonomamente por inteligência artificial, sem intervenção humana, não são passíveis de proteção patentária. Ao mesmo tempo, o avanço dessas tecnologias levanta questões relacionadas à autoria, titularidade de criações intelectuais e uso de marcas em ambientes digitais. É natural que novas dúvidas surjam à medida que as tecnologias evoluem e que práticas administrativas e entendimentos judiciais continuam amadurecendo.

Por outro lado, a inteligência artificial também oferece oportunidades relevantes para o próprio sistema de **propriedade industrial**. Ferramentas desse tipo podem apoiar atividades de busca tecnológica, análise de anterioridades, atendimento ao usuário e outras funções que contribuam para ampliar a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços prestados.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

A **propriedade intelectual** não é um fim em si mesma. Seu objetivo é estimular inovação, competitividade, desenvolvimento econômico e geração de conhecimento. Para cumprir essa função, o sistema precisa evoluir de forma equilibrada, acompanhando as transformações da sociedade sem comprometer a segurança jurídica e a previsibilidade indispensáveis aos investimentos.

Os 30 anos da LPI oferecem uma oportunidade singular para esse exercício de reflexão. Por isso, celebrar e discutir seus resultados é importante, como ocorrido em seminário realizado conjuntamente pelo **INPI** e pelo MDIC, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, nos dias 2 e 3 de junho.

O **INPI** considera salutar promover esse diálogo com a sociedade, reunindo contribuições dos diversos setores envolvidos com a inovação, a pesquisa e a atividade produtiva. Quanto mais ampla e qualificada for a participação dos diferentes atores interessados, maiores serão as chances de construir um sistema de **propriedade industrial** preparado para os desafios das próximas décadas.

Coffee++ vence no Tribunal de Justiça de Minas Gera contra Nestlé

A empresa mineira de cafés venceu no Tribunal de Justiça de Minas Gerais contra a Nestlé, impedindo a multinacional de utilizar a marca Coffee+ no Brasil

A mineira Coffee++ obteve vitória por unanimidade na 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que manteve a liminar contra a Nestlé e proibiu a comercialização da linha "Nespresso Coffee+".

O acórdão reconheceu a "probabilidade do direito" e o "perigo de dano", destacando que a retirada de apenas um símbolo "+" não afasta o risco de confusão entre consumidores. A decisão reforça a proteção à **propriedade intelectual** e à competitividade de empresas brasileiras no mercado de cafés especiais.

O TJMG também considerou a anterioridade da Coffee++, que possui registros válidos no **INPI** desde 2020. Parecer técnico emitido pelo instituto em abril confirmou a legalidade e a distintividade da marca da empresa mineira.

Para Leonardo Montesanto, CEO e sócio da Coffee++, "A unanimidade dos três desembargadores do TJMG não deixa margem para dúvidas: a marca Coffee++ é legítima, foi registrada primeiro e tem sido defendida com toda a nossa dedicação. Essa decisão mostra que o sistema jurídico brasileiro protege quem constrói com seriedade. Não se trata apenas de uma disputa entre empresas, é a afirmação de que a inovação nacional não se intimida diante de gigantes".

Helenice LaguardiaHelenice Laguardia Escreve Sobre Economia Em Minas. Fique Por Dentro Das Atualizações Do Minas S A.

Nova taxaço proposta pelos EUA pode impactar um terço das exporta  es brasileiras com tarifas de até 37,5%, projeta CNI

Entre os produtos que podem ser afetados, estão o ferro, o a   ar e o álcool etílico. EUA acusam Brasil de adotar práticas que 'onera' o comércio com empresas norte-americanas

Proje  o da Confedera  o Nacional da Indústria (CNI) indica que, caso as novas tarifas propostas pelo Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) entrem em vigor, 31,6% das exporta  es brasileiras para os EUA passarão a ser taxadas em 37,5%, ante os atuais 10%.

A mudança representa um aumento de 27,5 pontos percentuais.

Outros 3,6% dos embarques brasileiros para o mercado norte-americano seriam submetidos a uma tarifa de 12,5%, frente aos 10% cobrados atualmente, uma eleva  o de 2,5 pontos percentuais.

Isso porque, no início deste mês, os Estados Unidos concl  iram uma investiga  o que acusa o governo brasileiro de adotar práticas que "onera ou restringe" o comércio com empresas norte-americanas.

Entre os pontos citados estão o PIX, o combate ao desmatamento ilegal, a **pirataria** e supostas falhas na aplica  o de leis anticorrup  o.

Como resultado, o USTR propôs a imposi  o de uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros.

O   rg  o, contudo, elaborou uma lista de exce  o  es para itens considerados estratégicos pelos Estados Unidos, como carne bovina, frutas, café, aeronaves e minerais de terras raras, entre outros.

Segundo a CNI, 35,2% das exporta  es brasileiras para os Estados Unidos seriam alcançadas pelas novas medidas.

Quando consideradas também as tarifas setoriais já aplicadas com base na Se  o 232 da legisla  o comercial norte-americana, a parcela das exporta  es sujeitas a algum tipo de sobretaxa poderia chegar a 54,1%.

As medidas, porém, ainda não entrarem em vigor. Antes de uma decisão final, a proposta ainda passará por consulta pública e por audiências con-

duzidas pelas autoridades norte-americanas.

Produtos mais afetados

Entre os produtos mais afetados está o ferro-gusa. Atualmente sujeito a uma tarifa de 10% com base na Se  o 122, o produto passaria a enfrentar uma alíquota de 37,5% caso a proposta seja implementada.

Em 2024, as exporta  es brasileiras de ferro-gusa para os Estados Unidos somaram US\$ 1,5 bilhão.

5 produtos que podem ser impactados com tarifa de 37,5%

Ferro gusa não ligado; A   ar de cana em forma sólida; Sebo não comestível; álcool etílico não desnatado; Molduras de madeira padrão de pinho.

5 produtos que podem ser impactados com tarifa de 12,5%

Minério de ferro e concentrados, pelotas aglomeradas; Lajes de quartzito; óleos essenciais de frutas cítricas de laranja; Silício; Pasta de madeira química, sulfato ou soda, graus para dissolu  o.

O levantamento considera as listas de exce  o  es publicadas pelo USTR e mant  m isentas as exporta  o  es que já estão sujeitas às medidas da Se  o 232, conforme relatórios divulgados pelo   rg  o.

O que    a investiga  o comercial dos EUA?

A investiga  o contra o Brasil foi aberta com base na Se  o 301 da Lei de Comércio de 1974. O mecanismo, criado pelo Congresso dos EUA, permite ao governo americano investigar países cujas políticas ou práticas sejam consideradas prejudiciais ao comércio, às empresas ou aos exportadores americanos.

A legisla  o d   ao USTR o poder de investigar possíveis barreiras comerciais e, caso conclua que elas existem, recomendar medidas de retalia  o, como a imposi  o de tarifas sobre produtos importados.

O mecanismo já foi utilizado em diferentes disputas comerciais, especialmente contra a China. Em 2019, durante o primeiro mandato de Trump, os EUA aplicaram tarifas sobre mais de US\$ 120

Continuação: Nova taxaço proposta pelos EUA pode impactar um terço das exporta  es brasileiras com tarifas de até 37,5%, projeta CNI

bilhões em produtos chineses com base nessa legisla  o.

Parte dessas tarifas continua em vigor, e chegou a ser ampliada durante o governo de Joe Biden.

Paralelamente, o USTR concluiu uma investiga  o sobre trabalho forçado em quase 90 países. O Brasil foi incluído entre as na  es que, segundo o órgão, não adotam ou não aplicam, de forma efetiva, restrições    importa  o de bens produzidos com trabalho forçado. Nesse caso, a proposta    a aplica  o de uma tarifa adicional de 12,5%, com isen  o para 1.655 códigos.

Quando as duas medidas incidem simultaneamente sobre determinados produtos, a tarifa adicional total pode alcançar 37,5%.

Por que o Brasil virou alvo dessa investiga  o?

Segundo o relatório final do USTR, as seguintes práticas do governo brasileiro "oneram ou restringem" o comércio com os EUA:

Comércio digital e serviços de pagamento (PIX): o texto afirma que o Banco Central favorece o PIX, sistema de pagamentos instantâneos, em detrimento de provedores americanos. Segundo o USTR, o BC atua ao mesmo tempo como regulador e operador do sistema, impondo seu uso e limitando as taxas cobradas por concorrentes. Regula  o de redes sociais: o USTR afirma que tribunais brasileiros emitiram ordens sigilosas para que empresas americanas de mídia social removessem conteúdos políticos e suspendessem perfis de residentes nos EUA - em alguns casos, com alcance global, além de proibirem a divulga  o dessas decisões. O   rg  o também critica a aplica  o de multas elevadas, restrições a ativos e contas bancárias e, em pelo menos um caso, o bloqueio completo de um site. Tarifas preferenciais desleais: o governo americano contesta os acordos comerciais mantidos pelo Brasil com

México e   ndia. Segundo o USTR, o país concede tarifas mais baixas a centenas de produtos desses mercados em setores nos quais ambos são considerados produtores avançados e competitivos globalmente; Desmatamento ilegal: o documento afirma que, embora o Brasil tenha um marco legal para combater o desmatamento ilegal, o país falhou historicamente em aplicá-lo de forma eficaz, permitindo a continuidade do problema; Acesso ao mercado de etanol: o órgão americano argumenta que o Brasil interrompeu, de forma abrupta, em 2017, o tratamento tarifário equilibrado aplicado ao etanol e, desde então, não oferece reciprocidade às exporta  es do combustível vindas dos EUA; Prote  o da **propriedade intelectual**: os EUA apontam falhas na aplica  o de leis penais e aduaneiras contra a **falsifica  o** de produtos, além de lentidão na análise de **patentes** e de a  es contínuas de combate    **pirataria**. O relatório também critica o tempo de análise de **patentes** pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, especialmente no setor biofarmac  utico, que pode chegar a 109 meses. Combate    corrup  o: a representa  o americana concluiu que o Brasil não adota medidas suficientes para combater o suborno e a corrup  o. O documento cita a anula  o de processos da Opera  o Lava Jato pelo STF em 2023, a renegocia  o "sem transparência" de acordos de leniência e a queda do país no   ndice de Percep  o da Corrup  o da Transparência Internacional.

Concessão tardia de patentes transfere a quem inova todo o ônus da demora do Estado

Ausência de previsibilidade do sistema brasileiro pode gerar efeitos de longo prazo, como desestimular pesquisas clínicas e atrasar a chegada de novas tecnologias

A inovação no setor da saúde atingiu novo patamar de complexidade, com impactos disruptivos nos modelos terapêuticos e na gestão de condições clínicas. Contudo o ecossistema de inovação não pode operar no vácuo. Ele depende de um ambiente que ofereça previsibilidade regulatória e robustez na proteção da **propriedade intelectual** (PI), incluindo, entre outros fatores, a garantia da efetividade dos prazos de **patentes**.

Nas últimas décadas, a ciência entregou ganhos exponenciais em eficácia e segurança, especialmente no tratamento de doenças crônicas. O horizonte aponta um novo salto qualitativo: depois do avanço das terapias injetáveis de uso semanal para tratar diabetes e obesidade, a próxima fronteira é o desenvolvimento de moléculas combinadas e mais potentes, com eficácia potencial equiparável a intervenções cirúrgicas.

A proteção à inovação ganha destaque no debate legislativo com projetos que defendem a criação de mecanismos de recomposição de prazo de patentes como melhoria estrutural. Num cenário de evolução científica acelerada, torna-se anacrônico um sistema que não assegure previsibilidade e efetividade do tempo de proteção diante de morosidades administrativas. Sem essa garantia, é inviável impulsionar a inovação em saúde no Brasil.

O setor farmacêutico opera sob um modelo de inovação intensivo em pesquisa, de alto risco e longo prazo. A taxa de insucesso é severa: apenas uma a cada 10 mil moléculas torna-se, de fato, um medicamento. Nesse contexto, a PI exerce papel de fomento e equilíbrio: ao garantir um período limitado de proteção, permite a recuperação dos investimentos que alimentam o ciclo virtuoso da inovação.

Embora a Lei de **Propriedade Industrial** brasileira estabeleça o prazo de 20 anos a partir do depósito, a demora na análise de pedidos de **patente** pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** - no

setor farmacêutico, ela pode ultrapassar sete anos - corrói o tempo de exploração efetiva do direito. A concessão tardia de **patentes** transfere a quem inova todo o ônus da demora do Estado e, na prática, impacta negativamente não só decisões estratégicas de investimento, mas a competitividade do país.

As propostas em discussão no Congresso buscam mitigar essa distorção, alinhando o Brasil aos países líderes em inovação e vizinhos na América Latina, como México, Chile ou Peru, que já adotam mecanismos de recomposição de prazo de patentes como antídoto para situações de atraso estatal.

A ausência de previsibilidade do sistema brasileiro pode gerar efeitos de longo prazo, como desestimular pesquisas clínicas e atrasar a chegada de novas tecnologias, cenário que compromete o acesso da população a terapias que podem salvar vidas ou transformar a evolução de diversas doenças. Em contrapartida, quando há segurança jurídica, cria-se ambiente favorável a novos investimentos em pesquisa, com geração de empregos qualificados, desenvolvimento e ampliação de acesso, beneficiando diretamente pacientes e o sistema de saúde.

Fortalecer a segurança jurídica é uma decisão estratégica de política pública, que garante as condições necessárias para que a inovação continue chegando de forma sustentável, consistente e ampla ao país. No setor da saúde, previsibilidade regulatória e proteção adequada das patentes determinam não apenas o ritmo de desenvolvimento de novas terapias, mas também sua disponibilidade futura para a população, na forma de medicamentos genéricos.

A **propriedade intelectual**, portanto, não é apenas um instrumento jurídico distante, mas um dos pilares da política de inovação em saúde; o elo que conecta descoberta científica, desenvolvimento tecnológico e acesso, permitindo que avanços terapêuticos se tornem parte da realidade de um número cada vez maior de brasileiros.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório INPI	1,2,3,4,5,6
Patentes	4,5,6
Pirataria	4,5
Propriedade Industrial	1,2,4,5,6
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6